

# O SOBRE O HOMEM<sup>1</sup>

José Ortega y Gasset<sup>2</sup>

Tradução de Gustavo Augusto da Silva Ferreira\*

Todos aqueles que, não sendo atualmente demasiado velhos, nos temos deixado levar, desde a infância, através de uma relação supérflua e tenaz com as coisas do espírito, viemos a encontramos nas recordações de nossos anos, uma atmosfera obscura e como um sol africano que nos tostou as paredes da morada interior. Foi aquela nossa época de “nietzscheanos”; atravessávamos o tempero, jocosamente carregados com os incômodos de nossa juventude, a zona tórrida de Nietzsche. Logo chegamos às regiões de mais suave e fecundo clima, onde refrigeramos o árido espírito com águas de alguma fonte clássica perene, e só nos restou aquela região ideal recorrida, toda areia ardente e vento de fogo, a lembrança de um calor insuportável e injustificado.

E, não obstante, não devemos nos mostrar desagradecidos. Nietzsche nos foi necessário; se é que algo de necessário há em nós, pobres criaturas contingentes e dentro dos meandros da história universal provavelmente na condição de trolls. Nietzsche nos fez orgulhosos. Houve um instante na Espanha – vergonha de dizer! – que não houve outra forma de salvar-se do naufrágio cultural, da torrente de mal-acabamento que regava a nação um dia e outro, que o orgulho. Graças a ele alguns moços puderam imunizar-se frente à epidemia que tudo abarcava, que saturava o ar nacional. “Vous êtes appelés à recommencer l’histoire!”<sup>3</sup>, clamava Barrère aos homens da Assembleia Legislativa, e isso, que é por si mesmo algo ridículo, em certas ocasiões parece necessário, se há de salvar algo da ofensiva bagagem da cultura. Foi forçoso àqueles jovens

---

<sup>1</sup> No original: *EL SOBRESHOMBRE*. Em português, a ausência do artigo definido “o”, soaria como *O Sobrehomem* ou *O Sobre-Homem*, o que soaria, com ou sem hífen, com o sentido de algo que estivesse acima ou em cima do homem, posto por sobre, e não “para além de”, que fora o sentido atribuído por Nietzsche e, evidentemente, alocado no presente texto, portanto, por questões de adaptação e sentido, na presente tradução, optamos por traduzir o título original supracitado por *Sobre o Homem*.

<sup>2</sup> Presente em: GASSET, José Ortega. *Obras completas*. Tomo I. Ed 7ª. Revista de Madrid. Madrid, 1966. Pp. 91-95.\* Pesquisador no programa de Pós Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará Pelo Programa Nacional de Pós Doutorado – PNPd/CAPES-UFC. Doutor e mestre em filosofia por essa mesma Universidade (UFC), Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e graduado em Teologia pela Faculdade Kurios (FAK).

<sup>3</sup> “Vocês são chamados a recomencar a história!”

espanhóis crer que a Espanha nascia com eles, que haviam vindo à terra por geração espontânea, sem colaboração dos antepassados, e, em consequência, sem a mórbida herança do antes passado. Moveu-os o orgulho a buscar uma norma própria para suas próprias energias, a cavar no árido solo da terra natal um estuaria para o que fluir livremente e sem contagio, repudiando as normas tradicionais e os canais viciados.

Mas as coisas foram se apurando com maior felicidade e o ambiente espiritual da Espanha melhorou um pouco – certamente não por virtude da sabedoria catalã, mas sim pela mescla feliz do basco e asturiano com o da região que foi rica em “castelos”. É, pois, uma boa hora para corrigir nossa formação antiga e retificar as capas juvenis de nosso animo. Convenhamos que a história começou com uma rajada de séculos, antes da nossa vinda. Foi nosso orgulho uma destas mentirinhas benéficas e necessárias de misericórdia as quais vai o mundo pouco a pouco, fazia uma organização superior e que forma parte daquilo que Renan – sempre Renan! – chamava de plano jesuítico da natureza.

Acabo de ler um livro de Jorge Simmel, onde o celebríssimo professor fala de Nietzsche com a agudeza que lhe é peculiar, mais sutil que profunda, mais engenhosa que genial. As opções centrais de Nietzsche me parecem, não obstante, admiravelmente fitadas neste livro.

Desde sua primeira obra – *O nascimento da tragédia do espírito musical* – até sua última carta (1888) escrita, em plena demência, a Jorge Brandes e firmada “A Crucificação”, Nietzsche havia promovido uma guerra veemente e sem trégua ao problema mais profundamente filosófico: a *definição de homem*. O problema é, assim mesmo, o único que de científico tem em seu trabalho. As revoluções políticas, a de 89 patentemente, são também lutas pela definição do homem, e, no entanto, normalmente encontramos nas barricadas, mui pouca filosofia.

Se houvesse de determinarmos com pontualidade cronológica a hora em que esta aparece sobre o feixe da Europa, haveríamos de escolher aquela hora em que Sócrates perguntou: Que coisa é o homem? Os clássicos da filosofia foram passando de mão em mão, século por século, esta questão e, quando a pergunta se escorria por descuido ou propositalmente, entre duas mãos, caindo sobre o povo, gerava uma revolução. A definição de homem, verdadeiro e único problema da Ética, é o motor das variações históricas. Por isso os governantes perseguiram em todo tempo a “moralidade”, explosivo espiritual, e fizeram o impossível para precaver-se do terrorismo da ética.

Se Nietzsche, portanto, busca uma nova definição de homem, cai fora de toda dúvida que se esconde atrás de uma nova moral. Zarathustra é um moralizador, e é um dos mais fervorosos. A palavra “moralismo”, usada por alguns escritores nos últimos anos, não é só um vocábulo barbaramente composto, mas que carece de sentido. Nietzsche busca também uma norma de validade universal que determine o que é bom e o que é mal. Quando fala “além do bem e do mal”, entende o bem e o mal estatuído pela moral grego-cristã, com quem é insensato e grosseiramente injusto. “A moral”, rugiu o ardente pensador, “é hoje na Europa moral de rebanho; por conseguinte, somente uma espécie de moral humana, junto a qual, antes da qual e depois da qual são ou devem ser possíveis muitas outras, e, desde logo, morais superiores”.

No século XIX – disse Simmel – se criou uma noção quantitativa, extensiva da “humanidade”: segundo ela, o social, o comunal, é o humano. O indivíduo não existe realmente: é o ponto imaginário de onde se cruzam os elos sociais. Os corpos se compõem de átomos, mas os átomos são elementos hipotéticos, fictícios: na realidade, só há corpos, quer dizer, compostos; o simples é só um pensamento. Só é real a sociedade; o indivíduo é um fantasma como o átomo. Consequentemente, o individual não tem um valor absoluto, capaz de servir de norma, mas o geral, o comum a todos os homens. O produto político dessa noção de humanidade é o socialismo; como o humano é o comum, mais vale os muitos que os poucos, mais importante é melhorar no possível a sorte de uma grande massa que cultivar, à força da escravidão, uns poucos exemplares esquisitos. A essa noção extensiva de humanidade, Nietzsche opõe o seguinte: certo que o indivíduo não é algo isolado, mas daqui não se segue que haja de pertencer à multidão a norma dos valores.

Através da história se foi criando um capital de perfeições espirituais, e assim como o socialismo – Nietzsche normalmente diz “nihilismo” – ao socializar o capital impossibilitará a existência de riqueza intensiva, assim também impedirá o enchimento progressivo da cultura, que foi e sempre será obra de poucos, dos melhores. A cultura é a verdadeira humanidade, é o humano: com a expansão das virtudes nobres não se fazem maiores, mais intensas essas virtudes. Em algumas épocas, alguns homens privilegiados, como cimeiras de montes, lograram dar ao homem um grau a mais de intensidade: o que sucede é que à multidão carece de interesse. O importante é que a humanidade, a cultura, aumente seu capital em uns poucos: que hoje se deem alguns indivíduos mais fortes, mais belos, mais sábios que os mais sábios e mais belos que os de ontem.

Note-se bem uma coisa: para Nietzsche não tem valor esses indivíduos por serem indivíduos: *Nietzsche não é individualista ou egoísta*. Não todo indivíduo por ser um “eu”, um

“sujeito”, deve ser considerado como norma, mas sim aqueles indivíduos cujo ânimo, cuja “subjetividade” possa ter um valor objetivo para elevar a um grau a mais, sobre o que já foi alcançado, para o tipo Homem. O conjunto, pois, de virtudes culturais, – não digamos agora quais são estas – cada vez mais perfeitas e potentes, é o que Nietzsche chama humanidade, opondo ao conceito extensivo e quantitativo que dão a esta palavra os altruístas, uma noção qualitativa e intensa.

Para Nietzsche, *viver é mais viver*, ou, de outro modo, vida é o nome que damos a uma série de qualidades progressivas, ao instinto de crescimento, de perduração, de capitalização de forças, de poder. O princípio da vida, a vontade de vida é “Vontade de poder”. Tanto mais vida haverá em cada época quanto mais livre for a expansão dessas forças afirmativas. É daqui que a moral de Zarathustra impõe como um dever fomentar a libertação dessas energias. Em cada século brota ante o olhar dos fortes o ideal de uma organização humana mais livre e expansiva, de onde alguns poucos homens poderão viver mais intensamente. Este ideal é o Sobre o Homem.

Como se vê, Nietzsche não predica o rompimento de toda lei moral. “O feito”, nota Simmel, “de que se tenha tomado esta doutrina como um egoísmo frívolo, como a santificação de uma epicuréia indisciplinada, é um dos erros óticos mais estranhos na história da moral”. Zarathustra esculpe mil desdêns e impropérios contra os *snoobs* da libertinagem, a quem falta o instinto para o alto acabamento da humanidade. “Eu”, grita, “sou uma lei para os meus, não para todos”. E noutra parte: “Não se deve querer gozar”. “A alma distinguida tem respeito a si mesma”. E, por fim: “O homem distinguido honra a si mesmo para a potência, para que tenha poder sobre si mesmo, para que saiba falar e calar, que exercita agradável rigidez e dureza consigo mesmo e sente veneração em direção a todo rívido e duro”.

*El Imparcial, 13 de julho de 1908*